

**HABEAS CORPUS Nº 561.366 - SP (2020/0034025-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : RAFAEL BESSA YAMAMURA - SP247835  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ULISSES FERREIRA DE OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de ULISSES FERREIRA DE OLIVEIRA em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 74):

Agravo em Execução Penal interposto pela Defesa Livramento condicional Requisito objetivo não demonstrado Prática de falta grave judicialmente reconhecida, consistente em evasão Acertada a interrupção do lapso para a obtenção de benefícios executórios Precedentes desta Câmara Indeferimento bem justificado Requisito subjetivo não demonstrado Necessidade de vivenciar previamente o regime intermediário Decisão mantida Recurso de agravo em execução desprovido.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pleito defensivo de livramento condicional, ao argumento de ausência do requisito objetivo (fl. 49).

Interposto agravo em execução penal, o Tribunal local negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que *Não há fundamentação legal que embase a decisão de indeferimento do livramento condicional, uma vez que fundamentada em cálculo que considerou a falta disciplinar grave como fator interruptivo de lapso para fins do referido benefício. A interpretação dada pelo órgão julgador fere o disposto na Súmula 441 do Superior Tribunal de Justiça, que determina que o lapso temporal para fins de livramento condicional não é interrompido pela prática de falta grave* (fl. 6).

Requer, pois, a concessão da ordem para deferir-se o livramento condicional ao paciente.

Sem pedido de liminar.

As informações foram prestadas (fls. 71-99).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pela concessão parcial do *habeas corpus* (fls. 101-105).

É o relatório.

DECIDO.

A defesa alega que a prática de falta grave não tem o condão de interromper os prazos para a obtenção do livramento condicional.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 75-77):

O recurso não comporta provimento.

O agravante foi condenado à pena de 15 anos e 01 mês de reclusão, pela prática de dois crimes de roubo e dois delitos de furto qualificado, com término de cumprimento da pena previsto para 14 de março de 2024.

**O requisito objetivo para o livramento condicional não foi demonstrado pelos cálculos acostados aos autos, eis que houve a interrupção do lapso aquisitivo ante a prática de falta grave ocorrida em 22 de agosto de 2014, consistente em evasão, com recaptura do sentenciado em 04 de janeiro de 2015.**

Há de se observar que o próprio agravante deu causa à interrupção da execução, com o consequente reinício do prazo para o cálculo de benefícios, quando se evadiu do estabelecimento penitenciário.

[...]

É importante consignar que alguns eventos específicos, como a fuga, o abandono ou mesmo a prática de novo crime implicam na interrupção da própria execução da pena, razão pela qual, excepcionalmente nesses casos, ocorre também a interrupção do prazo para fins de livramento condicional, indulto e comutação.

E tal entendimento se coaduna com o próprio escopo da Lei das Execuções Penais, pois indica a inaptidão do sentenciado a ser premiado com tão amplo benefício, após conduta deveras incompatível com o comportamento carcerário esperado.

Portanto, verifico que o agravante de fato não preenchia o requisito objetivo exigido pelo artigo 83, inciso II, do Código Penal, de sorte que agiu com acerto o MM. Juiz ao indeferir o pedido de concessão de livramento condicional.

Não fosse o bastante, trata-se de sentenciado reincidente, que cumpre pena em regime fechado pela prática de crimes graves.

Deste modo, seria prematura a concessão do livramento condicional, pois é necessária a experimentação pelo sentenciado, primeiramente, do regime prisional semiaberto para, posteriormente, fazer jus ao benefício mais amplo.

Muito embora a promoção ao regime semiaberto não constitua requisito imprescindível para a concessão do benefício do livramento condicional, observo que se trata de indivíduo que ostenta péssimos antecedentes criminais, condenado pela prática dos crimes de furto qualificado e roubo com o emprego de arma.

Aliás, as circunstâncias dos autos estão a recomendar prudência na concessão de benefícios, e que o sentenciado vivencie o regime intermediário, já caracterizado pela menor vigilância estatal, para que demonstre o aprofundamento de sua consciência sobre as condutas criminosas e sua plena

capacidade de ser reinserido ao convívio social.

ASSIM, PELO MEU VOTO, NEGO PROVIMENTO AO AGRAVO EM EXECUÇÃO.

Como visto, a Corte *a quo* negou provimento ao recurso da defesa por entender que a prática de falta grave interrompe os prazos para a obtenção dos benefícios em sede de execução penal, inclusive o de liberdade condicional de que tratam os autos sob exame.

Sobre o tema em debate, a Terceira Seção desta Corte, no julgamento do EREsp n. 1.176.486/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, uniformizou o entendimento de que a falta grave resulta na regressão de regime prisional e na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena. Eis a ementa do julgado:

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS, ENTRE ELAS A PROGRESSÃO DE REGIME, EXCETO LIVRAMENTO CONDICIONAL E COMUTAÇÃO DAS PENAS. PRECEDENTES DO STJ E STF. EMBARGOS PROVIDOS PARA ASSENTAR QUE A PRÁTICA DE FALTA GRAVE REPRESENTA MARCO INTERRUPTIVO PARA OBTENÇÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL.

**1. O cometimento de falta grave pelo sentenciado no curso da execução da pena, nos termos do art. 127 da Lei 7.210/84, implica a perda integral dos dias remidos pelo trabalho, além de nova fixação da data-base para concessão de benefícios, exceto livramento condicional e comutação da pena;** se assim não fosse, ao custodiado em regime fechado que comete falta grave não se aplicaria sanção em decorrência dessa, o que seria um estímulo ao cometimento de infrações no decorrer da execução.

2. Referido entendimento não traduz ofensa aos princípios do direito adquirido, da coisa julgada, da individualização da pena ou da dignidade da pessoa humana. Precedentes do STF e do STJ.

3. Para reforçar esse posicionamento, foi editada a Súmula Vinculante 09/STF, segundo a qual o disposto no artigo 127 da Lei 7.210/1984 (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

4. Entender de forma diversa, como bem asseverou o eminente Ministro CARLOS AYRES BRITTO, quando do julgamento do HC 85.141/SP, implicaria tornar despidas de sanção as hipóteses de faltas graves cometidas por sentenciados que já estivessem cumprindo a pena em regime fechado. De modo que não seria possível a regressão no regime (sabido que o fechado já é o mais severo) nem seria reiniciada a contagem do prazo de 1/6. Conduzindo ao absurdo de o condenado, imediatamente após sua recaptura, tornar a pleitear a progressão prisional com apoio em um suposto bom

comportamento (DJU 12.05.2006).

5. *Embargos providos para assentar que a prática de falta grave representa marco interruptivo para obtenção de progressão de regime prisional.* (EResp 1176486/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/3/2012, DJe 1º/6/2012).

Confirmam-se mais julgados desta Corte acerca da questão:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. **O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).**

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

*Habeas corpus não conhecido.* (HC 410.801/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 16/10/2017).

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. FALTA GRAVE. REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA PROGRESSÃO DE REGIME, MAS NÃO PARA LIVRAMENTO CONDICIONAL, INDULTO E COMUTAÇÃO DA PENA. SÚMULAS/STJ 441, 534 E 535.

[...]

2. Uma vez reconhecida a prática de falta grave, devidamente apurada por meio de procedimento administrativo disciplinar, devem ser aplicadas todas as consequências legais daí decorrentes (LEP, art. 48, parágrafo único).

3. "Conforme descrito no art. 118, I, da LEP, a execução da pena privativa de liberdade fica sujeita à forma regressiva, podendo ocorrer para qualquer dos regimes mais rigorosos, sendo certo que não cabe ao magistrado proceder à análise do conteúdo da falta disciplinar para verificar a possibilidade de regressão, já que o dispositivo em comento não concede essa margem de discricionariedade ao julgador" (HC 210.062/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, julgado em 19/03/2015, DJe 06/04/2015).

4. Ressalte-se, porém, que alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios não se aplica ao livramento condicional (Súmula 441/STJ) nem à comutação de pena/indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

5. *Habeas corpus* não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a interrupção do lapso temporal para fins de livramento condicional, indulto e comutação da pena. (HC 377.301/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017).

No caso de cometimento de falta grave, é importante ressaltar que devem ser observadas as diretrizes estabelecidas nas Súmulas 441, 534 e 535 desta Corte:

*A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional. (Súmula 441/STJ)*

*A prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração. (Súmula 534/STJ)*

*A prática de falta grave não interrompe o prazo para fim de comutação de pena ou indulto. (Súmula 535/STJ)*

Assim, a interrupção do marco para futuros benefícios da condenação não se opera com relação ao livramento condicional, ao indulto e à comutação.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para determinar ao Juízo das Execuções que reanalise o pleito defensivo de livramento condicional, desconsiderando a interrupção do lapso temporal para tal fim.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator